

## PESQUISA (EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO) E A UNIVERSIDADE: ALGUNS PONTOS PARA REFLEXÃO<sup>1</sup>

Roberta Azzi \*

**Resumo** Após uma discussão geral sobre como vem ocorrendo a formação do pesquisador e o papel da pós-graduação nesse processo, são apresentados de forma descritiva os dados coletados através do questionário utilizado como um dos instrumentos da pesquisa. Foram destacados os seguintes aspectos: atividade de pesquisa; financiamento; contexto da formação pós-graduada; condições funcionais; principais entraves apontados para a pesquisa. Esses resultados, discutidos de forma sumarizada na parte final, apontam que: a participação em várias pesquisas parece ser uma condição importante no processo de formação do pesquisador; houve um incremento na utilização de financiamentos e na realização de pesquisas, comparativamente com o relatado na literatura da área; há uma aparente contradição entre as abundantes queixas sobre as condições gerais de pesquisa na universidade e a razoável produção científica dos respondentes.

**Palavras-chaves:** Pesquisa; pós-graduação; pesquisadores; universidade.

**Abstract** After a general discussion about both the kind of research training being done and the role of graduate studies in this process, the data collected through the questionnaire utilized as one of the research instruments are presented in a descriptive form. The following aspects were relevant: research activity, financing, context of graduate studies, context of graduate education, functional conditions, key areas that might block the development of research. These results, which are summarized in the final section of the research, show that: participation in various research projects appears to be an important condition for the preparation of the new researcher; there was an increase in financial support and the completion of the research as compared to what reports published in this area. There is an apparent contradiction between excessive complaints about the general research conditions of the university and acceptable scientific production of the respondents.

**Descriptors:** Research; graduate education; researchers; university.

Na literatura sobre o ensino superior é comum encontrarmos afirmações de que a formação de um pesquisador deveria ocorrer principalmente através de um engajamento efetivo em pesquisas sob supervisão de um pesquisador experiente. Por exemplo, já em 1971 (década em que foram criados vários programas de Pós-Graduação) Martins, ao discorrer sobre a preparação de pesquisadores educacionais pelos cursos de pós-graduação, alertava que “nem sempre a pesquisa pode ser ensinada em cursos de métodos de pesquisa. O processo é aprendido por meio de estágios e de participação, num ambiente contagioso de pesquisa (p. 745 - grifo nosso).

Sampaio (1984) defende o engajamento em pesquisa desde a graduação, em projetos de pesquisa de docentes ou em projetos institucionais. O autor aponta, como um dos benefícios desse investimento na formação do pesquisador desde a graduação, a melhoria das

condições de desenvolvimento da atividade pós-graduada.

As citações acima recuperam duas idéias fundamentais que continuam a merecer reflexões porque parecem conter o segredo da formação em pesquisa, ou seja:

- 1 - pesquisa se aprende fazendo;
- 2 - quanto antes a formação for iniciada maior a probabilidade de seu sucesso.

O depoimento de Gatti, pesquisadora em educação, ilustra bem esse pressuposto.

Minha formação como pesquisadora foi feita em núcleos de pesquisa, seja na universidade, seja na Fundação Carlos Chagas, e não através de cursos. Desde o primeiro ano do curso de Pedagogia, participei de grupos de pesquisa existentes na Universidade de São Paulo, primeiro como “mão-de-obra”: coletando dados, entrevistando pessoas, aplicando questionários, fazendo tabulações cansativas;

\* Doutora em Educação pela UNICAMP.

enfim, participando de pesquisas de professores que, naquela época, faziam pesquisa nos cursos de graduação. Mais tarde, evidentemente, na preparação do doutoramento e na Fundação Carlos Chagas teve oportunidade de desenvolver as habilidades de pesquisa (Gatti, 1987, p.32).

Se, por um lado, há certo consenso sobre a condição necessária para se aprender a pesquisar ou seja, fazendo pesquisa, por outro lado, as condições institucionais e formais previstas para abarcar esse processo têm sido objeto recorrente de reflexão pelos que abordam a temática em seus diversos ângulos, por exemplo, Monteiro de Castro (1977), Gatti (1987), Pereira (1989), Saviani (1991) e Rezende Martins (1991).

A forma como os cursos de pós-graduação em Psicologia e Educação continuam estruturados é muito determinada pelo modelo implantado, apesar de constantes reformulações realizadas em diversos Programas.

Um dos pontos que as propostas de reformulação frequentemente tentam resolver, através de cursos em formas de seminários sobre os projetos de dissertação/tese, de atividades programadas ou mesmo de cursos de metodologia, é o envolvimento tardio em pesquisa. Essas atividades pretendem possibilitar que o aluno vá desenvolvendo seu trabalho de dissertação/tese à medida em que vai cumprindo os créditos exigidos como parte dos requisitos para a obtenção do título. Ocorre que apesar desses esforços, o aluno tende a cursar as disciplinas e deixar o desenvolvimento do projeto para depois. Uma das explicações prováveis para essa tendência do aluno em separar a pós-graduação em dois momentos distintos (cursos e projeto) é que, dessa forma, ele não acumularia as atividades do curso com as da pesquisa e com outras que ele já tenha e que não se relacionam diretamente com a pós-graduação (atividades profissionais, além da vida particular).

Adiar a dissertação/tese para depois dos cursos, pode diminuir o acúmulo de atividades mas outras consequências, também problemáticas do ponto de vista do desenvolvimento da pesquisa, acabam surgindo:

- o aluno fica isolado, sem grupos constantes de referência; seu principal (muitas vezes único) interlocutor passa a ser o orientador;

- a frequência de orientação depende do tempo disponível do orientador e, principalmente, da produtividade do aluno;

- como não há cobrança formal e frequente como ocorre durante os cursos (leituras, trabalhos, etc...), os limites com os quais o aluno lida são os previstos institucionalmente para o término da dissertação/tese. Tanto que a conta que se costuma fazer sobre os prazos é feita de trás para frente, ou seja, "se tenho que depositar a dissertação/tese até tal data, então preciso fazer o Exame Geral de Qualificação até...";

- diante do prazo que o aluno identifica para o término do curso de pós-graduação, ele acaba engajando-se em várias outras atividades que o impedem de dedicar-se à dissertação/tese da maneira como ele gostaria (ou precisaria).

O fato de o aluno perceber o curso de pós-graduação como dois momentos distintos - cursos e dissertação/tese - pode ter como consequência, por conta do tempo que sobra entre o término dos cursos e o prazo final para entrega do trabalho de conclusão, o envolvimento do aluno em outras atividades. Essas outras atividades podem distanciar o aluno do desenvolvimento do projeto e, por fim, ele acaba mudando de interesses, estabelecendo novas prioridades e abandonando a pós-graduação.

As considerações que fizemos não configuram regras, mas envolvem situações que ocorrem com frequência, o que já permite percebê-las como problemáticas.

Se, por um lado, as condições ao longo do curso de pós-graduação não são as mais adequadas para a formação do pesquisador, por outro, as condições com que o docente se defronta no seu cotidiano funcional não se apresentam mais fáceis.

No início do desenvolvimento do projeto do qual este texto é uma parte, realizamos entrevistas com docentes de instituições de ensino superior com o objetivo de conhecer melhor o contexto em que os professores estão

inseridos no que diz respeito às principais condições de trabalho.

Pudemos constatar que as modalidades de regime de trabalho variam entre as diversas instituições de ensino superior com as seguintes tendências:

- a) as faculdades e institutos isolados tendem a oferecer apenas contratos hora/aula;
- b) as universidades particulares, principalmente as confessionais, embora se utilizem de contratos hora/aula, dispõem de regimes de trabalho por turno (parcial ou integral);
- c) nas universidades públicas (Federais e Estaduais) não existe o contrato por hora/aula e sim regimes contratuais por turnos (parciais e integrais - incluindo a dedicação exclusiva).

À exceção dos contratos por hora/aula, os demais regimes possibilitam, em tese, níveis diferenciais de envolvimento com as propostas educacionais e científicas das instituições na medida em que o docente é remunerado pelo tempo que “permanece” na instituição exercendo atividades, além da docência. Problemas orçamentários à parte, os regimes de trabalho oferecidos expressam uma política da instituição. Nesse sentido, ter na universidade muitos docentes com dedicação exclusiva é uma condição desejável para que o ensino, a pesquisa e a extensão se viabilizem melhor.

A contratação de um docente em regime de turno parcial ou integral pode ser feita para atuação exclusiva na graduação, pós-graduação ou para ambos os níveis educacionais, respeitada a exigência de titulação mínima para atuação na pós-graduação. Quanto à atribuição de aulas (carga total, número e diversidade de cursos), as entrevistas mostraram que, apesar da existência de algumas regras institucionais, as decisões costumam ser tomadas, em conjunto, pelos docentes dos departamentos. Além da carga horária, é comum os docentes gastarem horas de trabalho em cargos administrativos - chefias de departamento, direção de faculdade etc... , representações (ou participações como membros natos) em conselhos (departamentais, de ensino e pesquisa, etc...), em comissões (fixadas por mandatos ou especificadas para determinadas tarefas temporárias), em

orientação de alunos, reuniões, bancas de concursos, etc...

Pelas entrevistas pudemos verificar que apesar das várias possibilidades de situações funcionais, todos se queixavam das condições existentes para fazer pesquisa.

Ainda dentro do que está sendo chamado de condições funcionais, é preciso dizer que desde aspectos mais específicos, tais como recursos físicos e humanos para apoio logístico (equipamentos, técnicos para operar equipamentos, datilografia de documentos, disponibilidade de salas e materiais, etc...) até desempenho das atribuições do professor, principalmente nas atividades extra-classe, precisam ser considerados como integrantes do panorama institucional do docente.

Nas universidades, em geral, existe um órgão coordenador da política científica da universidade, sendo ele o responsável, entre outras coisas, pela concessão de bolsas-pesquisa aos docentes que as solicitarem.

Um fato constatado nas entrevistas é o de que a dotação de recursos para estes órgãos é, em geral, insuficiente para atender aos projetos provenientes de todas as unidades da universidade. Os comentários feitos pelos entrevistados continham subjacente a idéia de que a verba, se conseguida, seria tão pequena que nem valeria o esforço de fazer a solicitação, já que ela “ajudaria” pouco. Some-se a essa queixa uma outra, bastante freqüente, referente às inúmeras exigências para solicitação de verbas (muitos formulários para serem preenchidos, projetos detalhados, etc...), e já teremos uma idéia das razões mais comumente usadas pelos docentes para explicar a sua “resistência” a recorrer a esse tipo de auxílio interno. Essas questões também se aplicam às agências externas de financiamento.

Muito embora as condições existentes nas instituições de ensino superior estejam longe de serem ótimas no que diz respeito ao apoio à pesquisa, verdade é que mesmo com essas condições vários professores pesquisam.

É neste cenário que o problema da pesquisa realizada se inseriu, ou seja, quais são as condições que se mostram facilitadoras da

atividade de pesquisa nas universidades: condições específicas durante a formação? condições presentes na situação atual de docente titulado? uma interação das duas situações? Foi com esse tipo de indagação que o projeto da pesquisa foi delineado. Continha ele uma predição segundo a qual a realização de pesquisas e a produtividade dos docentes universitários, nas áreas de Psicologia e Educação, são fortemente influenciadas, dentre outros fatores: 1) pelas condições funcionais (contratuais) às quais eles se vinculam à universidade; 2) pela infra-estrutura de pesquisa existente no local de trabalho (condições materiais, apoio técnico e espaço físico); 3) pela disponibilidade de recursos financeiros sob a forma de financiamento à pesquisa; e, 4) pela competência técnica do pesquisador adquirida através do processo de formação.

Os resultados que fundamentam as discussões apresentadas a seguir foram obtidos através das respostas a um questionário, por 257 titulados mestres ou doutores em Psicologia ou Educação em alguma instituição de ensino superior do Estado de São Paulo, no período que compreende os anos de 1976-1985. Os principais resultados obtidos através do questionário são apresentados a seguir.

### **Atividades de pesquisa dos titulados**

Pelos resultados obtidos pudemos constatar que a dissertação não foi necessariamente a primeira pesquisa para muitos dos respondentes (realizaram pesquisas na graduação ou durante o curso de mestrado).

A ocorrência de pesquisas antes da dissertação e em atividades extra-curriculares mostra que o pesquisar extrapola a exigência curricular formal dos cursos. As pesquisas realizadas durante a graduação iniciam o aluno na produção de conhecimento, atividade esperada na pós-graduação. A realização de pesquisas durante o mestrado possibilita o exercício de atividades que deverão ser realizadas para a elaboração da dissertação. De qualquer modo, se na graduação ou após o ingresso na pós-graduação, a constatação é que

o processo de formação desses pesquisadores foi realizado em condições adicionais às oficialmente previstas o que, segundo nosso ponto de vista, é positivo uma vez que houve mais possibilidades de engajamento efetivo em atividades de pesquisa.

A ocorrência de pesquisa pós-titulação (até para os mestres) possibilita afirmar que o titulado dispõe de condições para sua manutenção na atividade de pesquisa. Dentre os resultados apresentados podemos identificar a existência de financiamento às pesquisas como uma das condições que pode ter facilitado a ocorrência de pelo menos parte das pesquisas realizadas.

O que esses resultados indicam é que ao se ter como objetivo a formação de pesquisadores é preciso garantir o engajamento efetivo em várias pesquisas, até como forma de evitar:

- uma pesquisa muito longa que aumente o custo da resposta tornando a experiência de pesquisa aversiva (principalmente no Mestrado);
- que a pesquisa seja encarado apenas como mais uma etapa de trabalho a ser cumprido para que se obtenha o título necessário para galgar a carreira acadêmica;
- a falta de divulgação dos resultados decorrente da “saturação” do pesquisador, ou seu isolamento, quando envolvido com projetos com longa duração.

### **Financiamento das pesquisas.**

As informações levantadas sobre o financiamento das pesquisas indicam que têm sido exploradas várias outras possibilidades de financiamento, que não as tradicionais agências de fomento à pesquisa. Esse resultado remete a uma questão recorrente a respeito da pesquisa realizada pela universidade, ou seja, receber financiamento preservando a autonomia acadêmico-científica. Figueiredo e Sobral (1991) discutem possibilidades de “articulação entre a produção universitária e as demandas de outros setores da sociedade” (p.68). Os dados obtidos em nosso estudo parecem apontar que essa articulação está ocorrendo.

## O contexto da formação pós-graduada dos titulados e suas condições funcionais.

Pelos resultados obtidos sobre a formação pós-graduada dos respondentes podemos destacar que :

- o doutorado foi buscado como o nível de ensino que assegura a formação do pesquisador;
- a grande maioria dos titulados trabalhava no ensino superior (mesmo que não exclusivamente) enquanto cursava o mestrado e/ou doutorado;
- a carga horária de trabalho dos titulados durante o mestrado e o doutorado foi, em torno de 50% dos casos, superior a 30 horas semanais;
- a maior parte dos titulados teve pelo menos uma bolsa de estudos em algum momento da trajetória educacional;
- e, pouco menos da metade dos respondentes recebeu algum tipo de ajuda, que não bolsa de estudos, ao longo de suas trajetórias educacionais.

A definição de qual é a “vocação” do mestrado parece ser uma questão importante. Saviani (1991) está entre os estudiosos que acreditam que o mestrado deve assegurar a iniciação do aluno enquanto pesquisador, já que a pós-graduação *stricto sensu* tem como elemento definidor a pesquisa (o elemento definidor dos cursos *lato sensu* seria o ensino).

Os resultados por nós obtidos mostraram, de um lado, que o mestrado está mais associado à capacitação como professor, de outro, indicaram que a formação em pesquisa extrapola as atividades de pesquisa previstas curricularmente.

A carga horária de trabalho que os respondentes tinham quando cursaram a pós-graduação está longe de poder ser considerada ideal.

Uma constatação que contribui significativamente para a compreensão das condições em que se dá a formação do pesquisador é a de que as bolsas, e outras ajudas, recebidas durante a pós-graduação foram sempre condições facilitadoras para a realização do curso.

Quanto às condições funcionais, pudemos constatar que a grande maioria (84,8%) dos respondentes eram docentes do terceiro grau de ensino. O conjunto dos resultados não retrata as condições de trabalho ideais, mas, por outro lado, indica que os respondentes da pesquisa dispunham, na maior parte dos casos, de um conjunto de aspectos mais favoráveis que podem ter permitido o desenvolvimento de pesquisas, ou seja:

- trabalhavam em universidades de tradição (inclusive em termos de produção de conhecimento), portanto, com maiores possibilidades de conquistar melhores condições para pesquisa;
- trabalhavam em regime de jornada (principalmente dedicação exclusiva - mais de 50% dos titulados ), portanto, recebiam por outras atividades além da carga didática;
- e, tinham carga didática, em mais de 50% dos casos, inferiores a 10 aulas semanais.

## Principais entraves à pesquisa na universidade

As queixas a respeito de contrato de trabalho foram as mais frequentes, assinaladas pelo maior número de respondentes, e, ainda segundo eles, com alto grau de aplicabilidade aos seus próprios casos.

Muitas respostas referiram-se à falta de compromisso com a pesquisa e apontaram um problema sério do ponto de vista da possibilidade de desenvolver pesquisas. A falta de percepção de quais são as políticas institucionais (em qualquer nível), e em qual medida elas valorizam a pesquisa devem gerar situações do tipo: para que vou batalhar para pesquisar se não há consequências diferentes para quem busca condições de pesquisa de quem não pesquisa? Só se tem trabalho a mais sem nenhuma vantagem funcional ou econômica.

Essa falta de política ou, quando ela existe, a falta de consequências diferenciais para as várias possibilidades de atuação do docente, acaba gerando um quadro que foi descrito por Marques, Formiga, Franco e Carneiro (1985).

Mas, apesar dos professores perceberem que não existe uma opção política por parte da universidade com relação à institucionalização da pesquisa, eles desempenham esta prática como um trabalho cotidiano fundamental... As pesquisas desenvolvidas (na universidade analisada) resultam ainda, de maneira geral, do esforço e preferência individual dos pesquisadores, que realizam suas pesquisas subvencionadas ou não por convênios e contratos, muitas vezes ocasionais e não sistemáticos, com agências de fomento existentes. Não há um apoio institucional efetivo (p.167).

A respeito de queixas sobre a falta de verbas, nossa impressão é que esta fala é tantas vezes reproduzida mais por hábito do que de fato pela escassez de recursos. É do domínio público que algumas agências de fomento à pesquisa, por exemplo CNPq e FAPESP, não empenharam toda a verba destinada para as Ciências Humanas, em determinados anos, por falta de demanda de projetos (de qualidade). Por outro lado, conforme indicamos anteriormente, os titulados que participaram deste estudo obtiveram várias formas de financiamento às pesquisas realizadas. O surgimento tão freqüente dessa queixa pode estar mais ligado à burocracia na tramitação dos processos de solicitação de financiamento e às críticas a respeito dos critérios de distribuição de verbas que desanimam as pessoas a solicitar o financiamento, e não propriamente à falta de verbas.

As respostas que diziam respeito a recursos humanos apontaram dois aspectos importantes: formação e "clima" de pesquisa. Os respondentes indicaram problemas na formação que é dada na pós-graduação, no que diz respeito à formação do pesquisador. As respostas assinalaram, também, que as condições efetivas de treino em pesquisa podem não estar sendo suficientes para que o aluno se sinta seguro em realizar novas pesquisas. Nesse sentido, os entraves apontados reforçam a análise de que a formação do pesquisador tem dependido de situações adicionais às previstas curricularmente.

Parece necessário que os Programas de pós-graduação procedam ao confronto entre a formação do pesquisador enquanto objetivo

versus as condições concretas de engajamento em atividades que propiciam essa formação. Caso contrário, continuaremos lidando com a idéia de que as condições oferecidas pela estrutura atual de pós-graduação são suficientes para garantir a formação do pesquisador.

O "clima" de pesquisa sugere que além de ele exercer um importante papel enquanto condição para a formação do pesquisador, parece ser fundamental para que o pesquisador se mantenha pesquisando. Essa colocação fica mais clara a partir de um exemplo hipotético:

- a realização da pesquisa não implica ganho salarial ou qualquer consequência contratual para o professor (talvez, dependendo da inserção dele na comunidade acadêmica possa ter consequências relacionadas a prestígio, além, é claro, da satisfação pessoal que o pesquisador tem na atividade);

- as condições de infra-estrutura não são minimamente satisfatórias (o pesquisador tem de lutar por espaço físico, conquistar verbas para equipamentos - ou equivalente - e auxiliares, ainda que na forma de bolsas para alunos).

Pelas respostas, e sem precisar entrar em questões de política departamental e institucional, é possível perceber que o esforço para tentar realizar pesquisa é grande e depende quase essencialmente da disposição e disponibilidade pessoal do pesquisador. Do grau de dificuldade para conseguir as condições necessárias para a realização da pesquisa dependerá a iniciativa para uma segunda pesquisa e assim por diante. O exemplo é extremamente simples mas ajuda a perceber que a identificação de condições adversas pode ser mais rapidamente percebida e servir, para o pesquisador, como obstáculos que não justificam tentativas de superação.

Os resultados apontados retratam uma situação de múltiplos problemas, segundo a visão dos respondentes da pesquisa. A partir desses resultados podemos afirmar que para que haja significativa melhoria das condições de forma que elas se tornem mais facilitadoras para a produção de conhecimento, será necessário que mudanças ocorram em vários fatores,

simultaneamente. Por exemplo, não basta um excelente contrato se não houver infra-estrutura necessária para o desenvolvimento de projetos.

Foi alto o número de razões que foram indicadas como aplicáveis ao caso dos respondentes. A estranheza frente à opinião dos respondentes sobre os entraves deve-se ao fato de que, com certeza, as condições nas diversas instituições são muito diferentes e as queixas bastante semelhantes. O que esses dados podem estar indicando é que a tendência das pessoas é sempre pontuar o que falta. Parece que elas não reconhecem condições para a pesquisa e sim que o fazem apesar de condições tão adversas. Sem dúvida alguma o questionamento das condições existentes é um ponto importante para a definição de estratégias adequadas para a busca de melhorá-las mas, por outro lado, reconhecer as conquistas já conseguidas nessa direção pode ser um alerta de que vale a pena continuar lutando por condições mais favoráveis.

Parece que um ponto a ser investigado por outro estudo é qual é a concepção do que seja a condição ideal para o desenvolvimento de pesquisas e em quais situações ela deve ocorrer.

A quantidade de respostas obtidas sobre os problemas que dificultam o trabalho de pesquisa na universidade foi muito grande e mostra, no mínimo, uma acentuada percepção crítica sobre a realidade nas quais os titulados estão inseridos. Por outro lado, a despeito desse quadro tão pessimista e considerando as diferenças existentes entre as várias instituições de Ensino Superior, muitos titulados têm desenvolvido pesquisas ao longo de suas trajetórias acadêmico-profissionais, e com condições melhores do que eles mesmo identificam.

### **Discussão dos pontos apresentados**

Apresentamos a seguir uma breve discussão em resultados obtidos através do questionário.

Há que se destacar, primeiramente, como constatação positiva, que os dados indicaram

um nível de atividade de pesquisa, nas áreas estudadas, superior aos relatados em estudos anteriores, pelo menos no período de tempo compreendido pelo estudo. Os respondentes desta pesquisa tiveram um maior envolvimento com pesquisas do que o encontrado por Castro (1981) e Luna (1983).

Entretanto, um ponto precisa ser lembrado e diz respeito às condições acadêmicas (inclusive anteriores à pós-graduação), não necessariamente curriculares, que muitos dos respondentes experienciaram. A participação em várias pesquisas parece ser, de fato, uma condição importante no processo de formação de um pesquisador. Esse é um ponto que precisa ser reavaliado pelos responsáveis pelos programas de pós-graduação e, na nossa opinião, também pelos responsáveis pelos cursos de graduação.

Outra constatação é a razoável utilização de financiamentos pelos respondentes, tanto para a sua formação como para a realização das pesquisas.

Quanto às condições gerais que permeiam a atividade de pesquisa na universidade, já que é lá que trabalha a maioria dos respondentes, há um abundante rosário de queixas e lamúrias, que contradiz a razoável produção científica dos respondentes e as facilitadoras condições funcionais que grande parte deles possui, mesmo não sendo as ideais.

A aparente contradição apontada acima pode ser atribuída a uma certa falta de prática dos pesquisadores no trato com as questões administrativas da atividade científica. A natureza burocrática das organizações, que não excetua a universidade, cria toda uma gama de procedimentos que exigem a formalização das ações. É a aprovação e autorização dos superiores hierárquicos para o uso dos recursos da organização, é a elaboração de projetos para serem previamente analisados e aprovados pelos órgãos internos e externos, é a celebração de contratos que impõem condições restritivas ao uso de recursos financeiros e criam prazos para a conclusão das pesquisas, e muitos outros procedimentos que atingem coisas miúdas do

cotidiano da pesquisa, que são percebidas como entraves ao trabalho de pesquisa.

Não sendo tais entraves superáveis a não ser pela transformação mais profunda da forma de organização da sociedade e das instituições, o trato com os mesmos tem que fazer parte da formação do pesquisador, não acriticamente como aceitação passiva, mas como instrumento de minimização de seus efeitos sobre a atividade de pesquisa, senão para uma luta pela sua superação.

Outra vertente importante que deriva dessa mesma discussão é a questão de como os pesquisadores se percebem acolhidos pelas políticas institucionais da universidade, já que o comportamento de pesquisar tem um razoável custo pessoal, para sua manutenção, e só difusamente é reforçado através daquelas políticas. Parece que, institucionalmente, basta que o professor se titule. A partir daí quase nada será cobrado dele em termos de produção de pesquisa a não ser a docência e outras atribuições estatutárias distantes do pesquisar.

Em outras palavras, apesar da valorização da pesquisa presente nos textos legais sobre a universidade e em seus próprios estatutos e regimentos desta, a prática indica muito pouca valorização dos que pesquisam, com certos custos, comparativamente com os que se dedicam exclusivamente às atividades docentes. É através de ações concretas, de consequências claramente explicitadas, que podemos avaliar o nível de compromisso de uma instituição com os objetivos que ela se coloca. A falta de clareza quanto à valorização da pesquisa nas políticas institucionais parece, entretanto, ser superada, em muitos casos, pela motivação pessoal que se manifesta sob a forma de um compromisso com o saber e com a produção do conhecimento.

Por outro lado, sabemos que a pesquisa é hoje, na universidade, uma atividade prevista institucionalmente a partir de uma carreira hierarquizada com níveis claramente definidos e exigências estabelecidas para ingresso e progressão. Em tais circunstâncias, é perfeitamente compreensível que muitos pesquisadores procedam tendo como motivação principal para seu trabalho muito mais o acesso

a níveis superiores da carreira do que um verdadeiro compromisso com a produção do conhecimento científico, marca indispensável na composição do perfil de um cientista. Mesmo reconhecendo como lícita a busca da melhoria das condições de subsistência e reconhecimento social, acreditamos ser imprescindível o compromisso com a construção do conhecimento como requisito para se manter na atividade de pesquisa e desenvolver atitude de resistência e superação dos entraves que dificultam, e até mesmo impedem, a realização de pesquisa por quem não tem esse compromisso.

Nesta retomada dos resultados vimos que a realização de pesquisas por parte dos respondentes e os financiamentos obtidos para realizá-las mostraram-se mais positivos do que o que vinha sendo relatado na literatura da área. Por outro lado, vimos também que as queixas sobre as dificuldades para o trabalho de pesquisa são muitas e, em geral, atribuídas a problemas gerados pelas políticas institucionais (ou ausência delas). Sugerimos que a falta de “treino burocrático” por parte dos pesquisadores pode ser uma das origens de dificuldades para que os docentes pesquisem. Apontamos, também, que a necessidade de titulação como forma de garantia da promoção funcional parece estar afastando a pesquisa enquanto possibilidade de construção de conhecimento e tornando-a mais uma tarefa a ser cumprida.

Por fim, os resultados também mostraram que se de fato a pesquisa for uma atividade importante a ser exercida na universidade é preciso fazer ajustes nas condições em que vem ocorrendo a formação do pesquisador e nas consequências previstas aos pesquisadores.

Os problemas gerados por ausência ou falta de recursos materiais e financeiros parecem ser fatores mais contornáveis do ponto de vista da realização de pesquisas do que os gerados por consequências que mantenham o pesquisador na deficiência de formação ou ausência de atividade. Estes últimos são fatores que comprometem a realização de pesquisa, seja por não saber como realizá-la seja por não identificar razão para fazê-la.

**Nota**

1. Este texto tem como fonte a tese de doutorado da autora: Pesquisa em Psicologia e Educação: condições que favorecem sua ocorrência na universidade, Faculdade de Educação da UNICAMP, 1993.

**Referências Bibliográficas**

- Castro, C.L.M. de (1977) Eficácia, Eficiência e efetividade dos cursos de mestrado em educação no país. *Forum Educacional*, 1 (1), 111-142, jan-mar.
- Castro, C.L.M. de (1981) E daí? *Forum Educacional*, 5 (4), 17-40, out-dez.
- Figueiredo, V. e Sobral, F.A. da F. (1991) A pesquisa nas universidades brasileiras. In: Velloso, J. (org) Universidade pública: política, desempenho, perspectivas. Campinas: Papirus.
- Gatti, B. (1987) Formar professores ou pesquisadores no mestrado em Educação. *Boletim ANPEd*, 9, 1, 31-34, jan-mar.
- Luna, S.V. de. (1983) Análise de dificuldades na elaboração de teses e de dissertações a partir da identificação de prováveis contingências que controlam essa atividade. (Tese de doutoramento). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Marques, E.A. (1985) et al. A indissociabilidade do ensino e da pesquisa - uma questão de visão de mundo ou de preceito legal? Relatório de Pesquisa, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais-NEPES, UERJ.
- Martins, J. (1971) Objetivos e estrutura de um curso de pós-graduação para pesquisadores educacionais. *Ciência e Cultura*, 23, 6, 741-746, dez.
- Martins, R.C. de R. (1991) A pós-graduação no Brasil: uma análise do período 1970 - 90. *Educação Brasileira*, 13, 27, 99-119, 2º sem.
- Pereira, L.C.B. (1989) O equívoco dos mestrados. *Isto É Senhor*, nº 1019, 29 mar.
- Sampaio, R.P. (1984) Pesquisa na pós-graduação: como compatibilizar uma exigência. *Forum Educacional*, 8, 4, 12-20, out-dez.
- Saviani, D. (1991) Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. *Educação Brasileira*, 13, 27, 159-168, 2º sem.